

Gastos públicos podem ser disciplinados por lei

(Continuação da pág. A-6)

não estejam previstos no RGPS, salvo dispositivo em contrário da Constituição Federal;

iv.Registro contábil individualizado das contribuições;

v.Obrigatoriedade de ajuste da alíquota de contribuição de todos os segurados, no caso das despesas líquidas (despesa total deduzida das contribuições dos segurados) com inativos ultrapassar doze por cento da receita corrente líquida do ente federativo;

vi.Competência do MPAS para supervisão, orientação e fiscalização dos regimes próprios de previdência.

No caso da instituição de fundos financeiros, ademais dos elementos anteriores, a legislação estabelecerá normas relativas a formação dos preços dos ativos a serem incorporados, aplicação de reservas, relação institucional, administrativa e financeira com o Governo, graus de cobertura, instâncias de controle, fiscalização e supervisão, formas de extinção do fundo, e aporte inicial.

3.3.3. Lei dos Crimes contra a Seguridade Social

A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, relativa ao Plano de Custeio da Seguridade Social, instituiu condutas típicas ilícitas, sem cominar, contudo, pena para a maioria delas. As condutas incluem omissão de informações na folha de pagamento, permissão de acesso de pessoas não autorizadas aos sistemas informatizados, divulgação de informações reservadas. A evolução dos sistemas informatizados, por outro lado, tem gerado inúmeras condutas perniciosas à seguridade social, que carecem de tipificação penal. Para tanto será encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei específico, que defina os crimes, cominando as penas correspondentes.

3.4. Lei de Responsabilidade Fiscal

A inexistência de lei geral que discipline de modo efetivo e dê maior transparência às decisões de gasto e endividamento no âmbito de todo o setor público está entre as principais causas estruturais do desequilíbrio das contas públicas. No momento em que o País está empenhado em mudança definitiva de seu regime fiscal, é indispensável suprir essa lacuna, promovendo a regulamentação do artigo 163 da Constituição Federal, bem como de outros dispositivos constitucionais, de resto exigida por dispositivo da Reforma Administrativa, na forma de uma Lei de Responsabilidade Fiscal aplicável a todos os Poderes no três níveis de governo e a a ser enviada ao Congresso até 4 de dezembro próximo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal definirá princípios básicos de responsabilidade, emanados da noção de prudência na gestão dos recursos públicos, bem como limites específicos referentes a variáveis-chave como nível de endividamento, déficit, gastos e receitas anuais. O texto estabelecerá também mecanismos prévios de ajuste voltados a assegurar a observância de parâmetros de sustentabilidade da política fiscal. Determinará sanções, tanto de natureza institucional, quando caracterizada a inobservância dos princípios de responsabilidade fiscal, como de natureza individual, quando tipificado ato de irresponsabilidade fiscal, tão mais severas quanto maiores os desequilíbrios decorrentes da infração.

Sob o arcabouço geral definido na lei, caberá a Estados e municípios, consoante o princípio da autonomia federativa, fixar suas metas específicas referentes às variáveis e parâmetros definidos no texto, formalizando-as no corpo dos Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Essa peça legal, embora pouco efetiva no curto prazo para a melhoria das contas públicas, constituirá instrumento determinante para o êxito deste Programa de Estabilidade Fiscal, ao criar mecanismos institucionais que tornem permanentes os ganhos fiscais constantes do Programa, inclusive aqueles previstos no Plano de Ajuste Fiscal 1999-2001, descrito abaixo. Essa Lei conferirá assim alicerces sólidos para a conjugação da estabilidade monetária com desenvolvimento econômico e social. Seus efeitos deverão ser, em larga medida, antecipados pelos agentes econômicos, permitindo que a economia brasileira alcance mais rapidamente seu potencial de crescimento econômico.

3.5. Reforma Tributária

O Governo Federal está submetendo à consideração dos representantes de Estados e municípios, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, proposta de reforma tributária tendo por objetivos primordiais a simplicidade e a neutralidade.

A proposta pretende: i.Reduzir o número de impostos e contribuições sociais incidentes sobre o consumo;

ii.tomar a legislação tributária mais simples, facilitando o cumprimento da obrigação tributária e reduzindo os custos públicos e privados da tributação;

iii.assegurar a manutenção dos níveis atuais da carga tributária global e o montante de recursos atualmente disponíveis para cada esfera de governo;

iv.construir um sistema mais neutro do ponto de vista da alocação dos recursos, visando à eficiência econômica.

Na essência, a proposta pretende substituir o ICMS, o IPI, o ISS, a COFINS e o PIS por um imposto sobre o valor agregado, no qual a competência normativa seja da União, admitidas hipóteses de delegação às entidades federativas quanto à cobrança e fiscalização, bem como por imposto incidente sobre produtos específicos (excise tax).

O projeto será norteado pelo respeito à autonomia federativa em matéria de política fiscal, com cada nível de governo mantendo as competências mais adequadas a seu âmbito, tanto em termos de tributação quanto de gastos. Serão definidos mecanismos específicos que promovam a cooperação institucional entre os distintos níveis de governo em matéria de gestão tributária, como a possibilidade constitucional de acordos para que um nível possa assumir a responsabilidade pela administração de impostos de competência de outro.

A reforma tributária em sentido estrito deverá ser complementada pela inclusão de vertente não-tributária, de maneira a conferir-lhe caráter de verdadeira reforma fiscal.

A fim de assegurar transição até que esteja concluído o processo de rediscussão das atribuições e encargos públicos entre as entidades federativas, o Executivo propôs, por meio de PEC, a prorrogação da vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF),

A prorrogação do FEF será acompanhada da elevação da desvinculação da arrecadação da União para a casa dos 40%

atualmente com previsão de vigência até 31 de dezembro de 1999, até 31 de dezembro de 2006. A prorrogação da vigência do FEF será acompanhada, nos termos da PEC, de elevação do percentual de desvinculação do produto da arrecadação de impostos e contribuições da União para 40%, bem como da extensão da abrangência do FEF aos recursos diretamente arrecadados por órgãos do Governo Federal (Fonte 150 e Grupo 200), à alíquota de 40%.

3.6. Reestruturação da Secretaria da Receita Federal

Com o objetivo de assegurar maior efetividade às iniciativas na área de tributos, inclusive no que concerne à reforma tributária, é imperioso que se proceda a reestruturação da administração tributária federal. Será nesse sentido apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei com ênfase nos seguintes pontos:

i.transformação da Secretaria de Receita Federal em autarquia especial do Ministério da Fazenda, com status de agência executiva, visando assegurar-lhe maior autonomia e eficiência na gestão de seus recursos, inclusive os financeiros;

ii.implantação de uma plano de carreira para os quadros da Receita Federal, que possibilite uma adequada remuneração, diferenciada em razão do mérito e da experiência, e associada a um processo de capacitação permanente;

3.7. Reforma da Legislação Trabalhista

A reforma trabalhista é fundamental para adequar o funcionamento do mercado de trabalho ao processo de re-

Distribuição do esforço fiscal

	Previsão 1999		Previsão 2000		Previsão 2001	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Primário requerido	23.667,80	2,60	26.778,10	2,80	30.435,20	3,00
Governo Central	16.385,40	1,80	19.127,20	2,00	23.333,60	2,30
Estados e Municípios	3.641,20	0,40	4.781,80	0,50	5.072,50	0,50
Empresas Estatais	3.641,20	0,40	2.869,10	0,30	2.029,00	0,20

estruturação econômica por que vem passando o País, com os seguintes objetivos básicos:

i.Preservação e geração de empregos;

ii.Redução da rotatividade da força de trabalho;

iii.Crescimento da produtividade;

iv.Redução da informalidade.

Os instrumentos para alcançar esses objetivos, que serão objeto de medidas legais submetidas ao Congresso Nacional, são essencialmente os seguintes:

i.Criar estrutura sindical marcada pela liberdade de organização;

ii.Incentivar a negociação direta entre sindicatos e empregadores;

iii.Reduzir a fragilidade jurídica que caracteriza os contratos de trabalho bem como o avassalador número de ações trabalhistas que inibem a geração de emprego;

iv.Criar mecanismos de preservação do vínculo empregatício;

v.Ampliar o apoio aos trabalhadores desempregados;

vi.Ampliação das oportunidades de emprego para os jovens.

3.8. Reestruturação dos Gastos Federais e do Processo Orçamentário

Tendo como modelo a experiência de concepção e execução do programa Brasil em Ação, essas iniciativas têm os seguintes propósitos específicos:

i.eliminar sobreposição de ações de igual objetivo realizadas por órgãos distintos;

ii.estruturar todas as ações remanescentes do Governo Federal sob a forma de programas, alinhados com as diretrizes estratégicas do Plano Plurianual - PPA, com definição clara e consistente de objetivos, metas físicas correspondentes, valor global, fontes de financiamento e cronogramas físicos e financeiros;

iii.submetê-los a sistema de gerenciamento, centrado na figura do gerente de empreendimento, um para cada programa, organizado de modo a maximizar a obtenção dos resultados pretendidos, ao menor custo fiscal possível;

iv.submetê-los ainda a sistema de acompanhamento e avaliação que integre as dimensões de planejamento, orçamento e execução financeira e esteja referido a um conjunto de indicadores capazes de mensurar de forma padronizada e objetiva a eficácia dos programas.

3.9. Desregulamentação do Setor de Combustíveis

O processo de desregulamentação que já vem sendo implementado pelo governo federal do setor de combustíveis terá continuidade proximamente através da supressão de alguns itens de ressarcimento, equalização e subsídios, o que permitirá redução de despesas do Governo Federal.

4. Plano de Ação 1999-2001

Além do aprofundamento das reformas estruturais e institucionais, que vedarão em definitivo os "ralos" fiscais do Estado brasileiro, o êxito do Programa de Estabilidade Fiscal exige a construção de uma "ponte" entre o momento atual e aquele em que as medidas já implementadas, e aquelas definidas no Programa, de natureza estrutural e institucional, estarão surtindo efeitos plenos. Velocidade e profundidade nas ações é a combinação necessária para o êxito da trajetória, o que exigirá a adoção de medidas de transição, que conformarão o presente Plano de Ação para o triênio 1999-2001.

As medidas que compõem o Plano de Ação permitirão redistribuir o equilíbrio entre poupança doméstica e poupança externa no financiamento do crescimento da economia brasileira. Com isto, tornará forçosa uma clara diferenciação da economia brasileira em relação a outras economias consideradas emergentes pelos mercados internacionais de capitais. As medidas devem ter efeito o mais rápido possível para assegurar a estabilidade e aliviar com a máxima brevidade eventuais sacrifícios oriundos do processo de ajuste, possibilitando a normalização dos fluxos de capitais de médio e longo prazos para a economia brasileira, a rápida queda das taxas de juros, e a consequente aceleração do crescimento.

Conforme determinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, o esforço de ajustamento aplicado a essa fase de transição estará concentrado na redução de despesas naqueles que são os dois focos principais do desequilíbrio fiscal - quais sejam, os gastos do próprio Governo Federal, e o déficit da Previdência Social, tanto no Regime Geral de Previdência Social quanto e, principalmente, no Regime de Previdência do Serviço Público. O esforço deverá, adicionalmente, procurar eliminar as brechas existentes na legislação que permitem a elisão e a evasão nos âmbitos tributário e previdenciário, incorporando com isto o máximo de contribuintes ao esforço de arrecadação.

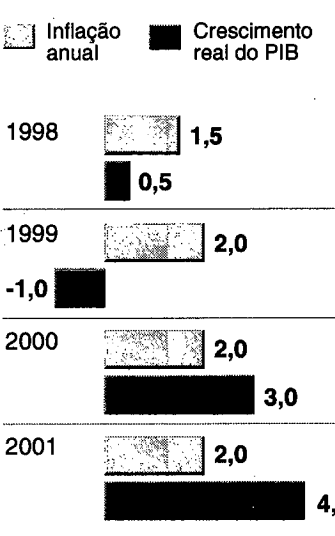
No entanto, dada a magnitude do superávit fiscal necessário para desencadear trajetória sustentável de estabilização da relação entre a dívida e o PIB, bem como as restrições que o marco legal vigente impõem a restrição ainda mais drástica de despesas, não é possível prescindir de aumento de receitas. Assim é que o Plano de Ajuste Fiscal 1999-2001 contempla igualmente elevação de receitas, destinada fundamentalmente a corrigir os graves e crescentes desequilíbrios dos regimes público e privado de Previdência Social. Deve-se notar que se trata de elevação transitória, que terá vigência tanto mais breve quanto mais rápido e profundo for o avanço das mudanças estruturais necessárias à consolidação do regime fiscal.

4.1. Projeções para 1999-2001 e Estratégia de Ajuste

As projeções das receitas e despesas do Governo Federal para o período 1999-2001 indicam uma forte tendência de deterioração do resultado primário. O cenário subjacente a essas projeções foi obtido a partir da hipótese de que não haverá alterações do status quo, à exceção da prorrogação da CPMF com a mesma alíquota de 0,2%. Foi assim explicitado o resultado fiscal esperado na ausência das reformas estruturais - notadamente a da Previdência Social e a Administrativa - e mantido o nível de despesas de custeio e investimento constantes da Proposta Orçamentária para 1999, descon siderando-se, inclusive, os efeitos do contingenciamento

de 20% determinado pela MP 1.716 de 8 de setembro de 1998, mencionadas abaixo. As hipóteses de inflação e de crescimento do produto utilizadas são apresentadas abaixo.

Parâmetros utilizados (em %)



A necessidade de ampla revisão da estrutura de despesas do Governo Central explicita-se quando observado que, mesmo com o acréscimo de receitas esperado com a retomada do crescimento econômico a partir do ano 2000, o Tesouro Nacional continuaria a apresentar resultados primários negativos. A combinação desses resultados primários negativos com a manutenção das elevadas taxas de juros dees decorrentes levaria a dívida total do setor público a trajetória insustentável.

A relação entre a Dívida Pública e o Produto Interno Bruto, é o principal indicador de solvência a longo-prazo do Setor Público. A trajetória dessa relação entre dívida pública e o Produto Interno Bruto é, portanto, a variável tomada como indicador básico de médio e longo prazos do Programa de Estabilidade Fiscal. Diante dos desequilíbrios projetados para os próximos anos, o Plano de Ação procura viabilizar a geração de superávits primários que permitam estabilizar a relação entre a dívida líquida consolidada do setor público e o Produto Interno Bruto. A tabela 4 abaixo explicita as metas de superávit primário estabelecidas para o período 1999-2001, distribuídas entre o Governo Central e Banco Central, governos estaduais e municipais e empresas estatais. Grande parte do esforço de ajustamento concentra-se no Governo Central e Banco Central, cujo superávit primário deverá chegar a 1,8% em 1999.

A trajetória de superávit primário apresentada procurou atender duas restrições básicas: concentrar os esforços de ajustamento no primeiro ano de vigência do Plano e assegurar a estabilidade da relação dívida/PIB. É preciso frisar, entretanto, que a trajetória da relação dívida/PIB não depende unicamente do superávit primário e da própria evolução do produto, sendo também fortemente influenciada por três variáveis adicionais: i) taxas de juros; ii) receitas de privatização; e iii) incorporação de passivos ocultos, os chamados "esqueletos".

A combinação entre o esforço de geração de superávit primário para o setor público consolidado e as demais variáveis acima mencionadas implicaria uma pequena elevação da relação dívida/PIB no primeiro ano do Plano, que passaria de 41,9% do PIB em 1998 para 44,9% do PIB em 1999. No entanto, a partir de 2000 a dívida já estaria apresentando leve tendência de redução em proporção do produto, atingindo 44,4% no ano 2001.

Cada um registro quanto às metas de superávit primários dos governos estaduais e municipais e das empresas estatais. No que diz respeito aos governos estaduais e municipais, a expectativa de geração de superávits primários da ordem de 0,5% do PIB decorre de dois fatores básicos. Em primeiro lugar, do cumprimento dos acordos de rolagem de dívida dos Estados com o Governo Federal, que por si só requerem a observação de diversas metas fiscais por parte dos Estados. Em segundo lugar, das medidas recentes de aprimoramento do controle de endividamento do setor público, cujos efeitos já terão início no presente exercício.

A trajetória de superávit primário das empresas estatais - federais, estaduais e municipais - de 0,4% do PIB em 1999, 0,3% do PIB em 2000 e de 0,2% do PIB em 2001, baseia-se fundamentalmente em estratégia de cortes de despesas, notadamente gastos correntes e investimentos. A redução do superávit ao longo do tempo explica-se pelo próprio avanço no processo de privatização. Partindo do resultado primário projetado para os próximos três anos, a Tabela 5 abaixo evidencia o ajuste necessário para atingir as metas de superávit primário no âmbito do Governo Central.

O ajuste proposto concentra-se fortemente na redução de despesas - tanto aquelas associadas aos benefícios das reformas estruturais, como a cortes de gastos propriamente ditos, nos custeios e investimentos; bem como nas ações voltadas para redução do déficit dos sistemas previdenciários, que conforme diagnosticado ao longo deste documento constitui a principal fonte de desequilíbrio fiscal no Governo Central. Em seu conjunto, essas três ações representam 53% do ajuste proposto em 1999 e mais de 65% nos demais anos.

As reformas estruturais propiciarão ganho de R\$ 3,5 bilhões já no próximo ano, chegando a atingir R\$ 12,6 bilhões em 2001. Residem aí a importância e urgência da aprovação dos três destaques ainda pendentes para a aprovação da Reforma da Previdência.

O recurso às medidas voltadas para a elevação de receitas foi necessário devido a dois fatores básicos. Em primeiro lugar porque os benefícios das reformas estruturais e das medidas voltadas para redução do déficit dos regimes previdenciários não terão ainda pleno efeito em 1999. Em segundo lugar, o esforço fiscal de 1999 estará sendo realizado num contexto de redução do crescimento da economia, o que limita a capacidade de ampliação da arrecadação federal.

4.1. Novas Medidas

A seguir são descritas as medidas, sob três formas, que visam assegurar o êxito do Plano de Ação 1999-2001: redução de gastos, redução do déficit previdenciário, e elevação de receitas.

Cabê um registro no que

diz respeito ao corte de gastos. O processo de ajuste fiscal teve início ainda em setembro de 1998, com a promulgação do Decreto nº 2.773 e da Medida Provisória nº 1.716. O Decreto definiu superávit mínimo de R\$ 5 bilhões para este exercício e estabeleceu as condições para que esse resultado seja alcançado. Nesse sentido, impôs corte imediato em Outras Despesas Correntes e de Capital - OCC, no valor de R\$ 4 bilhões, autorizou os Ministros da Fazenda e do Planejamento a reduzir os limites orçamentários anteriormente previstos e limitou a 80% o empenho dentro dos novos limites, até o dia 31 de outubro. Para que essas restrições não venham a se transformar em dispêndios adicionais em 1999, ergueram-se barreiras, também no âmbito do Decreto, à inscrição de despesas como restos a pagar.

Por seu turno, a Medida Provisória nº 1.716 modificou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, estabelecendo em R\$ 8,7 bilhões a meta nominal mínima de superávit primário para o próximo exercício, assim como os mecanismos de programação orçamentária e financeira necessários para assegurar o seu cumprimento. Tornou, ainda, indisponíveis 20% das dotações relativas a OCC, cuja liberação passou a depender de comprovação, a cada dois meses, do cumprimento da meta estabelecida.

Além disso, um passo fundamental para institucionalizar o controle efetivo dos gastos, foi a criação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal - CCF, com a atribuição de garantir o alcance das metas fiscais propostas, acompanhar e avaliar o desempenho das contas públicas e propor aos Ministros da Fazenda e do Planejamento a adoção de medidas adicionais porventura necessárias.

4.2.1. Redução De Gastos

As medidas de redução de gastos dizem respeito ao Governo Central e a empresas estatais federais.

Governo Central

O Plano de Ação contempla para o triênio 1999-2001 redução já em 1999 do nível de Outras Despesas Correntes e de Capital, de R\$ 8,7 bilhões, relativamente ao programado na proposta orçamentária para o ano de 1999, e de R\$ 2,7 bilhões relativamente à execução provável de 1998, já considerados os cortes efetuados em setembro deste ano.

O Executivo estará enviando, até o princípio de novembro, nova proposta de Lei Orçamentária para o exercício de 1999. Reforça-se, assim, o orçamento, enquanto instrumento efetivo de programação das ações de governo e consecução das metas da política fiscal, ao tempo em que se oferecem as condições necessárias para que o Congresso exerça, na plenitude, sua competência no tocante ao processo orçamentário.

Estatais Federais

As empresas estatais federais efetuarão nos anos de 1999 a 2001 cortes de dispêndios da ordem de R\$ 2,7 bilhões, relativamente à execução estimada para 1998 e ao previsto inicialmente para o ano de 1999. Esse valor equivale a cerca de 0,29% do PIB. O ajuste deverá ocorrer nas rubricas "Dispêndios Correntes", exceto materiais e produtos, juros e outros e tributos e contribuições, e em "Investimentos". Uma vez que os valores relativos a dispêndios correntes de 1999 permanecerão nos mesmos patamares para os demais anos, indicando ganho efetivo de produtividade, os investimentos poderão ser recuperados parcialmente a partir do ano 2000, consoante as metas propugnadas de resultado.

4.2.2. Redução Do Déficit Previdenciário

Tendo em vista que a Reforma da Previdência só produzirá efeitos plenos no médio e longo prazos e dado o

desequilíbrio financeiro crescente dos sistemas previdenciários público e privado, será adotado conjunto de instrumentos legais de impacto imediato. Estes contemplam aperfeiçoamentos na legislação vigente, voltados ao combate à fraude e à sonegação fiscal, além de medidas visando reduzir a enorme desproporção entre contribuições e benefícios no âmbito do Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

Ajuste do Regime Geral da Previdência Social - RGPS/INSS

Serão adotadas medidas emergenciais destinadas a reduzir a renúncia fiscal e a combater a sonegação das contribuições à seguridade social. Essas medidas deverão ter, em seu conjunto, impacto da ordem de 2 bilhões, em um período de 12 meses, a partir de sua vigência.

Ajuste do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

As medidas emergenciais propostas para o Regime de Previdência dos Servidores da União têm o objetivo de reduzir o déficit, da ordem de R\$ 18 bilhões no ano de 1998. O impacto financeiro estimado das medidas propostas é da ordem de R\$ 4 bilhões, em um período de 12 meses, a partir de sua vigência.

(i) Extensão da alíquota de contribuição de 11% aos inativos civis;

(ii) Adoção de Alíquota Temporária Adicional de 9%, para todos os servidores civis, incidente sobre a parcela da remuneração superior a R\$ 1.200,-

4.2.3. Elevação Das Receitas

Conforme já observado, num contexto legal que impõe restrições a corte ainda mais acentuado de despesas, a magnitude do superávit primário necessário para desencadear movimento sustentável de estabilização da relação dívida/PIB, com redução das taxas de juros e aceleração do crescimento, torna necessária a elevação típica de receitas. Torna necessária também a adoção de medidas que objetivam oferecer grau um pouco maior de flexibilidade na gestão do orçamento da União. São essas as razões que presidem as proposições das medidas enumeradas abaixo.

i) Prorrogação da CPMF com elevação da alíquota para 0,38% em 1999, e para 0,30% nos anos de 2000 e 2001;

ii) Equalização do tratamento tributário da COFINS, com a subsequente adoção dos procedimentos compensatórios em relação à Contribuição Social sobre Lucro Líquido das instituições financeiras.

iii) Elevação da alíquota da COFINS em 1,0 ponto percentual, admitida a compensação desse adicional no IRPJ;

iv) Incorporação dos depósitos judiciais à Receita Tributária Corrente.

CONCLUSÃO

O Plano de Ação 1999-2001 permitirá atingir três objetivos ligados entre si, essenciais à consolidação da estabilidade e à retomada do desenvolvimento: colocar de imediato a moeda nacional ao abrigo de novas pressões especulativas; permitir redução a mais rápida possível das taxas de juros e sua aproximação progressiva e definitiva a patamares internacionais. Por fim, o Plano permitirá incrementar a poupança doméstica, mediante aumento substancial da poupança do setor público, requisito tão mais fundamental ao financiamento do desenvolvimento do País em face do cenário de menor disponibilidade de poupança externa que se afigura para os próximos anos.

O desafio está posto: a trajetória atual é de inequívoca insolvência fiscal. Ou bem o Brasil corrige definitivamente o desequilíbrio de suas contas e avança no caminho da estabilidade e do desenvolvimento sustentado, ou permite ver-se lançado ao azar da conjuntura, correndo risco extraordinário de perder as conquistas que, como País, alcançou arduamente nos últimos quatro anos, com o grave comprometimento de suas perspectivas futuras de crescimento, geração de empregos e redução das desigualdades.

No pleito presidencial do último 4º de outubro, o povo brasileiro indicou claramente o caminho a seguir. Ao propor este Programa de Estabilidade Fiscal, o Presidente Fernando Henrique dá assim consequência plena à mensagem das urnas. O sucesso dessa empreitada não é responsabilidade exclusiva do Governo Federal. Ao contrário, a implementação do Programa requer apoio decidido do Congresso Nacional, dos Governadores de Estado, dos Prefeitos e, sobretudo, da sociedade. Temos a convicção de que, estando em jogo os mais altos interesses do País e da população brasileira, esse apoio não faltará. ■

Esforço fiscal requerido e detalhamento das medidas de ajuste

Esforço fiscal necessário para atingir a meta	Previsão 1999		Previsão 2000		Previsão 2001	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
1- Resultado primário antes das medidas de ajuste	-11.624,7	-1,28	-13.897,1	-1,45	-16.062,1	-1,68
2 - Superávit primário requerido para atingir as metas	16.385,4	1,80	19.127,2	2,00	23.333,6	2,30
3 - Esforço fiscal necessário (2-1)	28.010,0	3,08	33.024,3	3,45	39.395,8	3,88
Medidas de ajuste propostas	28.024,1	3,08	33.771,0	3,53	38.000,3	3,75
1 - Medidas de natureza estrutural	3.530,0	0,39	9.216,2	0,96	12.680,7	1,24
2 - Redução de gastos	8.671,0	0,95	8.844,4	0,92	9.021,3	0,89
3 - Redução do déficit previdenciário	2.554,0	0,28	4.303,0	0,45	4.432,1	0,44
4 - Elevação de receitas	13.269,1	1,46	11.407,4	1,19	11.966,2	1,18
Resultado primário após medidas	16.399,5	1,80	19.873,9	2,08	21.938,2	2,16
Diferença em relação ao esforço necessário	14,1	0,00	746,7	0,08	-1.395,5	-0,14